

Entrevista a Miguel Cardina

regiaodecister.pt/noticias/entrevista-miguel-cardina

August 29, 2018



A bateria é o instrumento preferido deste investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, que integra a banda Diabo a Sete, que já lançou três álbuns. Natural da Nazaré, é presidente do Conselho Científico do CES, foi membro da coordenação do Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz, entre 2013 e 2016. No ano passado recebeu a bolsa Starting Grant do European Research Council (ERC - Conselho Europeu para a Investigação) na qualidade de coordenador do projeto de investigação “CROME - Crossed Memories, Politics of Silence. The Colonial-Liberation Wars in Postcolonial Times”. Ex-dirigente do BE, vive em Coimbra desde que foi estudar para a cidade e volta “menos vezes do que devia” à sua Nazaré

O investigador Miguel Cardina, que recebeu no ano passado uma bolsa de 1,4 milhões de euros do Conselho Europeu para a Investigação para coordenar o projeto CROME, que aborda as memórias das guerras coloniais, esteve na Nazaré para apresentar um livro e explicou ao REGIÃO DE CISTER o que o atrai no estudo da Guerra Colonial.

REGIÃO DE CISTER (RC) > Como é que surgiu o interesse pelo tema do colonialismo?

Miguel Cardina (MC) > Surge na sequência do trabalho que desenvolvi anteriormente. Fiz a formação superior em Filosofia e depois em História, tendo começado desde logo a estudar o século XX português, nomeadamente nas décadas de 1960 e 1970. E a Guerra Colonial é o grande acontecimento da segunda metade do século XX português, embora muitas vezes silenciado. Esse interesse acabou por dar origem a um projeto, que foi

financiado pela União Europeia e que me confere as condições para desenvolver um trabalho sobre a memória da Guerra Colonial e das lutas de libertação em perspetiva comparada, entre Portugal e as antigas colónias.

RC > Ainda há, digamos, muitos recalcamientos na sociedade portuguesa sobre a Guerra?

MC > Não diria tanto. Para percebermos o modo como a sociedade portuguesa lida com este tema é interessante fazermos uma retrospectiva histórica. A seguir ao 25 de Abril, que foi feito por militares e para terminar com a Guerra, os portugueses passaram a cuidar do seu presente e tenderam a esquecer um conflito que tinha tido um desfecho negativo e que deixara sequelas físicas e psicológicas naqueles que a combateram. Isto já para não falar do retorno dos cerca de 500 mil portugueses que voltam à metrópole. Há duas vagas importantes: aos 120 mil soldados que combateram em 1974, sem falar nos 800 mil que combateram nas diferentes frentes desde 1961, há as cerca de 500 mil pessoas que retornam a Portugal. E há todo um processo de mudança política que torna o Estado Novo e a Guerra Colonial algo de um passado indesejável. Isso faz com que Guerra seja um evento difícil de recordar nos primeiros anos após a revolução. E nos anos seguintes também, porque se queria esquecer a ditadura e o colonialismo. Por outro lado, mexer com a Guerra era mexer com a violência colonial, os massacres, com toda a dimensão disruptiva que as guerras têm e que as sociedades tendem a querer esquecer. Portanto, só na década de 1990 é que a Guerra Colonial volta a surgir no espaço público. Dá-se uma monumentalização do conflito, começam a surgir diversas publicações de ex-combatentes e também uma certa ideia do soldado como vítima. E isso aparece muito associado ao reconhecimento do stress pós-traumático como uma realidade. Hoje vivemos noutro paradigma. Muitos ex-combatentes querem recordar os acontecimentos e começam a contar as suas histórias. A Guerra do Ultramar tem vindo a ser falada no espaço público, mas de uma maneira que nós, no projeto, classificamos como permanências do lusotropicalismo, que foi uma teoria adoptada pelo Estado Novo, sobretudo a partir da década de 1950, descrevendo o colonialismo português como menos violento e mais ‘miscigenador’ relativamente aos outros colonialismos. O que queremos dizer com isto é que o conflito é visto de uma forma que dá a entender que Portugal foi mais brando na guerra. Além disso, todos os testemunhos vão no sentido de uma certa estranheza. O País foi levado para uma guerra não se sabe muito bem porquê e quem regressa sabe que perdemos a guerra, mas também não se sabe muito bem porquê a perdemos.

RC > O surgimento de tantos blogues e referências digitais com referências à Guerra torna mais difícil ou mais fácil o trabalho dos historiadores?

MC > Para nós, no projeto, é uma vantagem, porque não estamos a fazer história da Guerra. Não estamos a retratar o que aconteceu. Estamos a fazer uma história da memória, de como é que as representações da guerra mudaram no pós-guerra. Tudo aquilo que venha somar informação de como a sociedade e os indivíduos viveram a guerra tem interesse, pois é uma fonte. Inclusive, uma parte do projeto visa aquilo a que chamamos de memórias digitais, que aborda os blogues e os grupos no Facebook. Também isso tem vindo a mudar. A lógica de autopublicação fomentou a memorialização da guerra e hoje o universo dos blogues perdeu expressão, mas há alguns que mantêm grande dinâmica.

RC > Num estudo que fez identificou 8 mil desertores da Guerra do Ultramar. De que maneira essas pessoas foram julgadas pela sociedade?

MC > Cheguei a esse número num projeto que tive anteriormente, com a Susana Martins, e que foi um trabalho muito difícil, pois tivemos de cruzar informação de muitas fontes de diferente proveniência. Chegámos a um número que superava os 8 mil, mas que ainda assim peca por defeito. Faltam muitos dados oficiais. Ao mesmo tempo, esse é um número que tem em conta várias realidades: há militares que desertavam antes de ir para a Guerra e esse grupo é o mais expressivo; depois há quem deserte já em África, o que era mais difícil de fazer; e há um terceiro grupo, que são os africanos, que estão incorporados nas tropas portuguesas. São universos e tipos de pessoas muito diferentes. A instituição militar sempre entendeu o ato de desertar como um ato desonroso e houve vários militares julgados, mas hoje percebemos que a figura do desertor é muito complexa.

RC > Saber que se vai liderar um projeto desta dimensão não acontece todos os dias na vida de um investigador. Como foi o dia em que recebeu a notícia de que a bolsa tinha sido aprovada?

MC > Estava à espera de uma notícia, porque o projeto tinha passado à 2.ª fase, já tinha feito a entrevista em Bruxelas que consta do concurso e esta era a segunda vez que concorria. Na primeira candidatura, ano e meio antes, tinha recebido uma resposta negativa, pelo que quando recebi a aprovação li várias vezes o documento (risos). É uma bolsa com muito dinheiro, que nos permite construir uma equipa, o que é muito difícil conseguir na investigação em Portugal. Somos nove pessoas e vamos ter um filme associado. Um projeto desta dimensão, que pretende comparar a memória da guerra com os outros países africanos, só faz sentido com uma equipa destas. A equipa está dividida em contextos regionais e temos tido grande receptividade nesses países. O livro “As Voltas do Passado: a guerra colonial e as lutas de libertação” [apresentado no passado sábado na Feira do Livro da Nazaré, que coordenou com Bruno Sena Martins e que resulta do projeto CROME] foi muito bem recebido, porque é uma obra com textos de autores portugueses, angolanos, guineenses, cabo-verdianos, moçambicanos, etc. E isso não é comum. Estamos sempre a querer trabalhar de forma articulada.

RC > Como é que olha para a Nazaré das ondas gigantes e de todo este mediatismo?

MC > Sou da Nazaré e sinto-me nazareno, mas vou poucas vezes à minha terra e, portanto, não consigo ter uma perceção fina das mudanças e das dinâmicas locais. Mas apercebo-me que o impacto do turismo muda a terra. Há uns anos era inconcebível ter uma praia pejada de estruturas no areal como temos agora. Fiquei assustado quando li, há dias, o presidente da Câmara dizer que estava feliz por haver um projeto para um slide de 800 metros entre o Sítio e a Praia. Falava de uma “atração”, mas espero, sinceramente, que haja alguma indignação com esta obra. A instalação de uma estrutura daquelas na praia significa que se quer transformar a Nazaré num parque temático e isso é prejudicial. Há muitos exemplos de que aquilo que se pensa possa vir a ser a rentabilização económica de uma localidade pode levar exatamente ao oposto. A partir do momento em que as pessoas deixam as cidades devido à pressão dessa rentabilização, os turistas

deixam de querer ir às cidades, porque as cidades já não têm pessoas... E quando se enche a imagem linda da praia da Nazaré de elementos de diversão, porque o que importa é chamar as pessoas, as pessoas deixam de ter interesse em lá estar. O meu receio é que essas mudanças venham a revelar-se prejudiciais para o concelho. A pressão imobiliária na Nazaré é imensa e localidades como a Nazaré precisam ter muita cautela com estas mudanças, porque, por vezes, basta haver uma alteração de conjuntura na economia e o resultado final acaba por ser uma erosão social.

RC > Como é que um investigador olha para o desenvolvimento da Nazaré no último século?

MC > Não sou, certamente, a pessoa mais indicada para fazer essa análise. A Nazaré sofreu muitas mudanças, sobretudo associadas à alteração do próprio perfil económico do concelho. Há 100 anos a pesca era a atividade fundamental, mas desde meados do século XX e, com maior incidência nas últimas décadas, a Nazaré tornou-se num terra de turismo. Nesse sentido, e respeitando que a Nazaré seja uma terra turística, entendo que é preciso produzir uma imagem e um contexto político que adequem aquilo que é uma realidade virada para o turismo coincidente com o interesse das pessoas que ali vivem.

“Respeitando que a Nazaré seja uma terra turística, entendo que é preciso produzir uma imagem e um contexto político que adequem o que é uma realidade virada para o turismo para o interesse das pessoas que ali vivem”

RC > Abordou a política. Teve responsabilidades como dirigente no Bloco de Esquerda. Como é que avalia este mandato da chamada “geringonça”?

MC > Hoje em dia, sou aderente do BE, mas não tenho as responsabilidades que já tive. Integrei a Mesa Nacional do Bloco em dois mandatos, mas voltei novamente à condição de militante de base do partido. Sobre a governação, avalio muito positivamente esta legislatura. Foi um desafio grande para todos os envolvidos e há mudanças no País que considero muito positivas relativamente ao ciclo político anterior, reconhecendo que há áreas em que é preciso continuar a trabalhar bastante. Se olharmos para os ganhos setoriais, nomeadamente no ensino superior, ficamos com a imagem de que há muito trabalho a fazer. Na saúde e na educação continua também a haver muito trabalho a fazer. Existe uma pressão para manter uma perspetiva de recuperação dos rendimentos, de garantia daquilo que são os serviços básicos do Estado, e esse é um processo em que a pressão dos partidos de esquerda tem sido fundamental.

RC > Quer com isso dizer que validava uma nova “geringonça”?

MC > Depende dos contextos políticos e daquilo que está em cima da mesa. Esta solução saiu de resultados eleitorais muito concretos e de uma proposta muito concreta. Agora é preciso perceber o que vai suceder. Entendo que o PS ter uma maioria absoluta é uma coisa negativa para o País, porque haver uma obrigação de negociação à esquerda tem levado o PS a ter uma política que não é a sua. E nessa medida diria que este último ciclo político foi bem mais positivo do que o anterior, mas não sei o que vai suceder nas próximas eleições legislativas.